

Sindicalismo e política: França, Brasil e Argentina

Apresentação

ANDRÉIA GALVÃO

Apesar de a literatura sobre sindicalismo ter sido dominada, nos anos 1980 e 1990, por estudos sobre a crise sindical, observa-se, desde meados dos anos 1990, o crescimento de pesquisas sobre a revitalização sindical. Essas pesquisas, cujo referente empírico é o sindicalismo anglo-saxão, especialmente o estadunidense, têm proporcionado um debate teórico com grande repercussão no marxismo, sendo vários os artigos dedicados a esse assunto em *Capital & Class*, *Monthly Review* e *New Left Review*.

A discussão sobre revitalização compreende tanto fatores internos ao sindicalismo (como aspectos organizativos, a relação das direções sindicais com a base, o grau de democracia sindical, seu posicionamento político-ideológico) quanto externos a ele (o constrangimento imposto pelas instituições políticas e econômicas que interferem nas relações de trabalho, a exemplo do Estado e dos empregadores, a relação dos sindicatos com partidos e movimentos sociais).

Com a publicação deste dossiê, *Crítica Marxista* busca contribuir para esse debate, mediante a análise de três países pouco considerados nos estudos sobre revitalização: Argentina, Brasil e França. São países que possuem instituições e tradições sindicais distintas, e cujo contexto político-econômico é igualmente diferente. A chegada de partidos vinculados aos movimentos sociais ao poder em

vários países da América Latina torna essa região particularmente interessante para refletir sobre a capacidade de influência política do sindicalismo, bem como para a discussão de sua relação com o Estado. Por outro lado, a reiterada crise da social-democracia europeia provoca tensões na relação entre partidos e sindicatos, de modo que o sindicalismo, embora reconhecido e inserido nas instituições governamentais, passa a priorizar as relações de trabalho como espaço de atuação, mesmo quando seus outrora parceiros políticos se encontram no poder.

As contribuições aqui reunidas contemplam objetivos distintos e se valem de abordagens diversificadas. Entretanto, têm em comum a preocupação de inserir a análise do sindicalismo no campo da política e buscam no instrumental teórico marxista elementos para abordar algumas questões gerais: é possível apontar a existência de um processo de revitalização nos países analisados e, caso seja, como explicá-lo? Como as formas institucionais pesam no tipo de ação sindical? O sindicalismo é uma instituição completamente integrada ao Estado ou é possível identificar diferentes formas de autonomia? A caracterização de concepções e práticas sindicais distintas constitui um procedimento epistemológico válido?

Em “Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês”, Sophie Bérout procura estabelecer um diálogo entre o marxismo e uma das principais categorias da sociologia bourdieusiana, a fim de discutir as possibilidades de conceber o sindicalismo como uma atividade específica. A autora entende que o campo sindical possui uma dinâmica própria, embora não desconectada dos demais campos sociais e espaços de mobilização, e que sua autonomização em relação a essas outras esferas varia conforme as condições históricas. Assim, o domínio do neoliberalismo levou o movimento sindical francês, de modo geral, a sucumbir à racionalidade econômica, adotando um discurso político despolitizado. Outro interesse do conceito de campo é que ele permite apreender o sindicalismo a partir de suas posições relacionais, superando, desse modo, uma análise dicotômica, que cinde o movimento sindical entre um polo reformista e outro revolucionário.

No artigo “A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro”, de minha autoria, recupero os conceitos de sindicalismo de movimento social e sindicalismo radical para apresentar uma proposta de análise das centrais sindicais brasileiras nos governos petistas que acaba por questionar a existência de um processo de revitalização. Argumento que o impacto ideológico do neoliberalismo sobre o sindicalismo, a vitória eleitoral do PT e a manutenção da estrutura sindical corporativa favorecem um sindicalismo de parceria com o governo e o patronato, bem como a moderação política, contribuindo para estimular a dependência do sindicalismo diante do Estado. Por outro lado, a construção de um polo sindical radical também não é suficiente para revitalizar o sindicalismo, dado seu caráter amplamente minoritário e sua baixa inserção junto às bases.

Em “Estado y sindicatos en la Argentina post-devaluación. El retorno del debate estratégico”, Paula Varela discute a recuperação sindical argentina a partir dos governos Kirchner, criticando tanto a literatura institucionalista quanto a que denomina “movimentista”. Enquanto a primeira considera que o governo favorece a mudança de modelo sindical rumo ao neocorporativismo, olhando apenas para a cúpula do sindicalismo e desconsiderando a organização no local de trabalho, a segunda enfatiza o papel do sindicato como movimento social sem analisar o papel do Estado e as várias formas de subordinação do sindicato ao Estado para além da dimensão legal. No lugar de ambas as abordagens a autora propõe articular as mudanças institucionais à luta de classes, a partir da análise do papel das bases organizadas e da crítica à burocracia sindical.

Os três artigos resultam de um diálogo entre as autoras e apresentam posições contrastadas, sinalizando que o debate merece ser aprofundado.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e política: França, Brasil e Argentina. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.38, 2014, p.85-87.

Palavras-chave: Sindicalismo; Política; França; Brasil; Argentina.